



Relatório ILB

2 0 2 2





Mesa Diretora - Biênio 2021-2023

Presidente
Rodrigo Pacheco

1º Vice-Presidente
Veneziano Vital do Rêgo

2º Vice-Presidente
Romário

1º Secretário
Irajá

2º Secretário
Elmano Férrer

3º Secretário
Rogério Carvalho

4º Secretário
Weverton

1º Suplente
Jorginho Mello

2º Suplente
Luiz Carlos do Carmo

3ª Suplente
Eliziane Gama

4º Suplente
Zequinha Marinho

Secretário-Geral da Mesa
Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Diretora-Geral
Ilana Trombka





Relatório ILB

2 0 2 2



A P R E S E N T A Ç Ã O

2 0 2 2

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Programa Interlegis completaram 25 anos em 2022. Foi um ano bastante produtivo, em que lançamos iniciativas, aperfeiçoamos ações pedagógicas já estruturadas e trabalhamos para a consolidação institucional de nossa Escola de Governo em diferentes frentes.

Este relatório anual de atividades, que encontra fundamento no art. 210 do RASF, busca apresentar ao Conselho de Supervisão (bem como à comunidade do Senado Federal e à sociedade) um relato esquemático das informações mais importantes para compreender e avaliar a atuação do ILB ao longo do ano.

Ele foi dividido em três eixos principais.

No primeiro, tratamos das ações ligadas à Capacitação, localizadas nas coordenações educacionais, isto é, na Coordenação de Treinamento (COTREN) e na Coordenação de Educação Superior (COESUP). A COTREN centra esforços na promoção de ações de formação continuada voltadas primordialmente aos servidores do Senado Federal, por meio de cursos presenciais e a distância. Além disso, coordena a formulação do Plano de Capacitação do Senado Federal e executa suas ações no âmbito do ILB, gerenciando, ainda, os processos relacionados a treinamento externo e licença para capacitação. A COESUP, por sua vez, desenvolve as ações educacionais de nível superior, oferecendo, isoladamente ou em parceria com outros órgãos da Administração Pública, cursos de especialização e de extensão que atendem preferencialmente servidores do Senado, mas também de órgãos parceiros. A COESUP coordena, ainda, as iniciativas de

pesquisa em nível de educação superior, além de administrar toda a estrutura de secretariado acadêmico do ILB.

O segundo eixo do relatório apresenta informações relativas ao Programa Interlegis, conduzido pela Coordenação de Planejamento e Relações Institucionais (COPERI), com o apoio da Coordenação de Tecnologia da Informação (COTIN). O Programa, destinado a promover a modernização, transparência e integração do Poder Legislativo em todos os níveis da Federação, divide suas iniciativas entre ações de capacitação voltadas para o público dos órgãos legislativos subnacionais, presenciais ou a distância, e para o desenvolvimento, manutenção e hospedagem de soluções de TI destinadas a apoiar as atividades típicas desses órgãos. Conceitualmente, apesar de a COPERI não ser formalmente uma coordenação educacional, podemos descrever o Programa Interlegis como uma iniciativa de extensão (de fato, o maior programa de extensão legislativa do Brasil), vocacionado para estruturar ações que aplicam a *expertise* técnica e acadêmica dos quadros do Senado Federal em favor da comunidade legislativa local.

Além disso, procuramos registrar, num terceiro eixo do relatório, alguns avanços institucionais importantes. São ações que, por vezes, podem ter pouca visibilidade ou impacto prático imediato, mas que são decisivas para pavimentar as condições estratégicas de crescimento e para garantir que os serviços prestados pelo ILB observem sempre um padrão de integridade e de qualidade compatíveis com o que se espera de uma instituição como o Senado Federal.

Anexamos, ao final, algumas informações sobre a execução orçamentária



A P R E S E N T A Ç Ã O

2 0 2 2

do ILB (atualizada até setembro de 2022), além de números mais gerais ligados a processos de suporte às ações finalísticas do Instituto, tais como apoio a eventos, produção multimídia, análise de processos referentes à adicional de especialização, licenças para capacitação e treinamentos externos, elaboração de termos de referência, análise de processos referentes à pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, entre outros.

Pensando a estrutura de governança do ILB tal qual descrita no RASF, compete ao Conselho de Supervisão a formulação da política de atuação do Instituto e, por conseguinte, a definição das premissas estratégicas de gestão. Nesse sentido, no presente relatório, além de compilarmos os dados mais importantes para compreender a situação atual do ILB, procuramos também destacar pontos de atenção em relação aos quais, a partir do posicionamento do Conselho, será possível definir ou, ao menos, amadurecer possíveis abordagens.

Não poderíamos deixar de registrar que este relatório consolida o fruto do trabalho de uma equipe que vem se dedicando diuturnamente a melhorar o ILB. Há, pela frente, significativos desafios de gestão, que, em sua maioria, estão delineados nestas páginas, mas o trabalho desenvolvido até o momento aponta conquistas muito importantes e perspectivas promissoras. Agradeço a cada colaboradora e colaborador do ILB, efetivos, comissionados, terceirizados, estagiários, que, com seu esforço e compromisso, honraram esta instituição e contribuíram com o desenvolvimento de nossa Escola de Governo.

Por último, agradeço, em nome da equipe do ILB, o apoio que todos os órgãos representados no Conselho de Supervisão ofereceram a esta gestão ao longo deste último ano e meio. Por mais de uma vez, as parcerias com a Primeira-Secretaria, que preside o Conselho, com a Presidência da Casa, com a Diretoria-Geral e com a Secretaria-Geral da Mesa tornaram possível construir soluções para dificuldades administrativas e burocráticas de diversas ordens. Sem este apoio, muito do que foi realizado ao longo do ano não teria sido possível.

Convido a todas e todos para, a partir desse documento, pensarmos juntos sobre o presente e o futuro do ILB.

Leonardo Augusto de Andrade Barbosa
Diretor-Executivo



No campo das ações de Capacitação percebemos que, a despeito de 2022 ser um ano eleitoral, circunstância que afeta potencialmente o nível de engajamento do público interno do Senado (em particular o ligado aos gabinetes e lideranças), a oferta de turmas e a procura pelos cursos manteve-se em um nível satisfatório, com um aumento de 63% no quantitativo de inscritos das ações de treinamento remoto e de 55% em relação aos inscritos das ações de educação superior. Além disso, os cursos EaD assíncronos integralizaram mais de 83.000 alunos certificados, um número muito relevante, considerando o volume de cursos oferecidos na Plataforma Saberes. Com a retomada das atividades presenciais a partir de outubro de 2022, esperamos alavancar ainda mais a oferta de ações de treinamento para o início da 57ª Legislatura.

Desafios para o EaD

- Verifica-se que a despeito de sazonalidades, notadamente o ano eleitoral, a procura por cursos EaD recuou apenas 0,19%, mantendo-se estável em 2022. Ainda assim, para o futuro, indica-se a construção de uma metodologia de avaliação a partir de dados do Painel de Gestão, organizada em comparativos por ano da Legislatura.
- Os índices de evasão para os cursos a distância são relativamente elevados, em torno de 56%. Censo da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) aponta uma evasão nos cursos livres em torno de 25%, para cursos EaD, sem especificar se esse dado se refere a cursos síncronos ou assíncronos. Comparando, contudo, com a performance da Escola Virtual de Governo da ENAP, que oferece um produto mais próximo dos nossos, verificamos índices muito semelhantes (oscilando de 56% em 2018 para perto de 46% em 2022).

Capacitação	turmas		inscritos		
	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	
	EAD	67	61	191.498	191.121
	Remota	15	15	396	647
	Superior			301	468

*Ainda há cursos em andamento - Não houve oferta de EaD com tutoria.

As alterações de espaço físico ocorridas no ILB/Interlegis a partir de 2021 resultaram em uma redução do número de salas de aula. Atualmente temos 3 salas de aula em condição de receber cursos, com capacidade total próxima a 130 alunos. Foi iniciado processo de contratação para a aquisição de equipamentos destinados a transformar duas dessas salas em “salas híbridas”, com capacidade de articular de forma profissional aulas presenciais com a participação online por meio de aplicativos de reunião. Essa iniciativa terá grande impacto sobre a quantidade de discentes que podem ser atendidos em cada ação pedagógica, além de tornar essas oportunidades acessíveis até mesmo para servidores do Senado que não são lotados em Brasília.



Planejamento do novo leiaute da Plataforma Saberes

Com o apoio do NAINOVA foi concebida uma nova proposta de design para a Plataforma Saberes, de forma a melhorar a experiência do usuário, alinhada às premissas da identidade visual online do Senado Federal. A implementação do novo leiaute está prevista para o primeiro semestre de 2023.

Ações Estruturantes de Treinamento

Planejamento da retomada do Programa Estágio-Visita

A COTREN vem apoiando, em parceria com a COADFI, as diversas ações de planejamento e contratação relacionadas à retomada do Programa Estágio-Visita no âmbito do Senado Federal. As novas edições do Programa contarão com um público ampliado e demandarão uma infraestrutura mais complexa. As providências necessárias, em particular as relativas aos processos de contratação de hospedagem e alimentação dos participantes, já estão em andamento, com DODs formalizados e em tramitação.

Atualização do curso online de Orçamento Público

O curso de Introdução ao Orçamento Público, uma das ações pedagógicas mais procuradas da Plataforma Saberes, foi integralmente atualizado, de forma a refletir as mudanças substanciais por que passou a disciplina nos últimos anos. Adicionalmente, acompanhando o crescente interesse público no debate sobre temas orçamentários, o curso de Orçamento

Público Avançado, que consistia em ação pedagógica em modalidade EaD com tutoria, está sendo convertido a uma versão sem tutoria, integralmente assíncrona, de forma a ampliar o seu público potencial.

Apoio às ações de estruturação de planos de gestão

O ILB promoveu ações destinadas a apoiar os órgãos do Senado Federal no planejamento da gestão do trabalho remoto. Foram realizadas 3 turmas com 69 alunos do Curso Métodos Ágeis com Ênfase em SCRUM, metodologia que ajuda a melhorar a produtividade, agilidade e a eficiência em projetos.

Consolidação da capacitação remota

O ILB adotou novos processos de trabalho voltados à consolidação das ações pedagógicas oferecidas na modalidade remota, em especial diante dos ajustes no espaço físico da Escola. Com processos mais organizados e padronizados a partir da avaliação de experiências bem e mal sucedidas ao longo da pandemia, o Núcleo Pedagógico foi capaz de orientar os facilitadores de maneira mais objetiva e efetiva, gerando um decréscimo na evasão dos alunos, mesmo em comparação com a modalidade presencial aplicada até o ano de 2019.



Nova Rodada do Programa de Formação Gerencial da Casa – PFG

Com o apoio da DIREG e DGER, o ILB organizou em 2022 uma nova rodada do PFG. A formação de gestores da Casa e o compartilhamento de conhecimentos e ferramentas que promovam uma gestão moderna, inclusiva e alinhada com as premissas institucionais do Senado Federal é uma prioridade do ILB, constituindo inclusive um dos *Key Results* (KRs) da Escola.

Ajustes no processo de licença capacitação

Seguindo as diretrizes oriundas das regras aprovadas em 2021 para a licença capacitação, o ILB realizou chamada pública para captar instituições interessadas em oferecer cursos livres aos servidores do Senado. Apenas duas instituições manifestaram interesse, sendo que nenhuma delas logrou habilitação. O edital foi construído com o apoio da SADCON e da ADVOSF, observando parâmetros adotados em procedimentos semelhantes no âmbito do Senado Federal. A ausência de interessados, contudo, não impacta na disponibilidade de oportunidades para licenças, tendo em vista que a demanda por cursos oferecidos por escolas de governo ou universidades (principalmente por meio de plataformas AVA) tende a suprir com tranquilidade as necessidades de formação da Casa.

Ainda sobre licenças capacitação, o SETREINA, em parceria com a ATDGER, pretende avaliar parte dos entendimentos construídos em torno

do tema ao longo do último ano com o propósito de desburocratizar, dentro do possível, tanto o processo de concessão quanto o de comprovação.

Além disso, como proposta para 2023, entendemos ser importante integrar melhor as ações relativas à licença para capacitação com o PCASF. Assim, aguarda-se aprovação do Conselho de Supervisão a fim de adotar as providências burocráticas e normativas necessárias para, durante o processo de elaboração da próxima edição do PCASF, instar as diretorias do Senado a apontarem, além das necessidades genéricas de capacitação, um conjunto de cursos presenciais ou EaD compatíveis com as regras estabelecidas e que possam ser considerados “pré-aprovados” pelas chefias pertinentes. Essa medida tende a alinhar melhor o investimento em licença para capacitação com as necessidades concretas dos diversos órgãos do Senado.

Em relação especificamente à COTREN, observamos que as rotinas operacionais ocupam parte significativa do tempo das equipes, que vêm diminuindo e tendem a diminuir ainda mais no futuro próximo, em razão especialmente de aposentadorias previstas. Uma forma de equacionar essa dificuldade seria a informatização integral tanto do processo de licença para capacitação quanto de contratação de treinamento externo. Esses pontos já foram salientados para a DIREG durante reunião de levantamento de necessidades de TI, juntamente com o PRODASEN, em novembro deste ano, juntamente com a necessidade de se contratar serviços de gestão, manutenção e desenvolvimento em Moodle, para atendimento à Plataforma Saberes.



Educação Superior

A Coordenação de Educação Superior é a área do Instituto Legislativo Brasileiro incumbida de desenvolver e coordenar ações educacionais de nível de pós-graduação *lato sensu* e de extensão. Também participa da formulação e do acompanhamento de políticas e ações voltadas ao desenvolvimento do corpo funcional do Senado no campo da pós-graduação *stricto sensu*.

Entre os meses de janeiro a outubro de 2022, a Coordenação de Educação Superior atendeu 468 estudantes, dos quais 86 em nível de pós-graduação *lato sensu* e 358 em nível de extensão. Adicionalmente, três disciplinas dos cursos de especialização contaram com mais 24 alunos especiais. Em 2021, esse quantitativo correspondeu ao total de 301 beneficiados com ações educacionais desenvolvidas pela área.

Além do desenvolvimento de projetos educacionais endógenos, destacam-se, dentre as atribuições da área de Educação Superior, a análise, a instrução e o acompanhamento dos processos relativos à participação de servidores efetivos em programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil ou no exterior, por meio de afastamento ou por custeamento das taxas e matrículas do curso.

O quadro a seguir apresenta alguns números relativos ao exercício da atribuição citada:

Detalhes sobre a participação de servidores do Senado Federal em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> no Brasil ou no Exterior	2021	2022*
Processos em andamento e com acompanhamento periódico das atividades do aluno	18	16
Instruções motivadas por requerimentos dos alunos (prorrogações, interrupções, antecipações etc)	11	8
Processos concluídos	4	3
Quantidade de novos apoios concedidos	5 (afastamentos)	4 (suportes financeiros 3, afastamento 1)
Processos arquivados (negados)	3	4

OBS: *Período de janeiro a outubro de 2022.

Ações Estruturantes na Educação Superior

No ano de 2022, foram realizadas ações estruturantes essenciais para a área Educação Superior, dentre as quais destacam-se:

Retificação e atualização do Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação. Atualmente, esta demanda aguarda deliberação final pelo colegiado superior, haja vista o descompasso entre as recomendações proferidas (2017) e a devida ação corretiva tomada.

Planejamento pedagógico de ações educacionais. Frente a ausência de



C A P A C I T A Ç Ã O

2 0 2 2

planejamento de novas ações educacionais de extensão e de pós-graduação a serem executadas em 2022, a COESUP procedeu a um esforço de recuperação de *gaps* de competência interna, bem como realizou:

- planejamento de dois novos cursos de extensão (Direito Eleitoral e Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo); e
- reformulação do projeto pedagógico do Curso de pós-graduação *lato sensu* em Comunicação Legislativa.

Neste último caso, além de consulta individual a especialistas e coleta de sugestões técnicas, inclusive da Biblioteca da Casa, foi procedida a realização de um grupo focal com profissionais da área, no âmbito do Senado, com experiência profissional e/ou acadêmica sobre o tema.

Nova política de incentivo à participação de servidores em programas de pós-graduação *stricto sensu* no país ou no exterior. Diante dos desafios de formação de pessoal e buscando integrar novas e diversificadas formas de estímulo ao desenvolvimento contínuo do corpo funcional, a COESUP apresentou à Diretoria-Executiva versão inicial de proposta de atualização das regras para esta modalidade de afastamento, harmonizando-a com diretrizes institucionais. A proposta deverá ser discutida em 2023 com as instâncias competentes da Casa.

Criação de projeto de difusão de conhecimento por servidores do Senado Federal. Aos servidores beneficiados com o apoio institucional para a participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*, foi ofertado

apoio pedagógico e logístico para a organização de ações educacionais de curta duração para partilha de saberes e aprendizagens especializados, como forma de retribuição ao Senado pelo incentivo à formação continuada. Neste sentido, foram realizados dois ciclos de conversação versando sobre Escrita Acadêmica e Preservação do Palácio no Congresso Nacional e uma Minijornada sobre Avaliação de Políticas Públicas por Meio do Método de Controle Sintético.

I Oficina Pedagógica Integrativa. Quem forma o formador? Na tentativa de fornecer ações internas de capacitação ao quadro técnico do ILB, foi realizada nos meses de junho a julho a Oficina Pedagógica Integrativa, com o intuito de criar um padrão de referência de projetos pedagógicos do ILB a partir das melhores práticas das áreas de ensino, bem como aperfeiçoar o fluxo de aprovação das ações educacionais.

II Oficina sobre Comunicação Assertiva e Empática: como se comunicar melhor. Na continuidade do esforço interno de capacitação, como fruto da oportunidade promovida pela I Oficina Pedagógica Integrativa, a COESUP, em articulação com as áreas de ensino, organizou a segunda edição da oficina.

Realização de pesquisas de qualidade dos cursos. Foram realizadas duas pesquisas internas, em parceria com a área da Secretaria de Transparência do Senado Federal, com vistas a coletar subsídios para o planejamento interno, bem como a auxiliar na melhoria contínua da oferta de ações educacionais propostas:

- Pesquisa de interesse dos servidores do Senado Federal pelos cursos de



C A P A C I T A Ç Ã O

2 0 2 2

Educação Superior do ILB (período de coleta: 1º semestre de 2022; respostas completas: 504);

- Pesquisa com egressos de cursos de pós-graduação *lato sensu* (período de coleta: até o 2º semestre de 2022; respostas completas: 196).

Desenvolvimento de funcionalidades do Sistema de Registro Acadêmico.

Como continuidade do projeto de desenvolvimento de uma solução tecnológica em suporte ao trabalho da Secretaria Acadêmica, foi dada continuidade à produção e aperfeiçoamento de solução tecnológica própria de gerenciamento de documentos da área. Foi também iniciada a contratação de cursos de capacitação destinados a habilitar as colaboradoras e os colaboradores ao planejamento e gestão do processo de digitalização de documentos acadêmicos, seguindo as orientações normativas vigentes.

Plano de Autoavaliação

Em dezembro de 2021, o ILB editou portarias modificando o regulamento da **Comissão Própria de Avaliação – CPA**, redefinindo sua composição para conter representantes de todas as coordenações educacionais.

Visando cumprir suas atribuições, foram criadas duas subcomissões para tratar de assuntos específicos: a primeira voltada para a elaboração do Plano de Autoavaliação Interna do ILB, e a segunda responsável pela revisão dos instrumentos de avaliação. Tais comissões foram instituídas em maio de 2022 e ainda seguem ativas.

Em 2022, a CPA aprovou o relatório de autoavaliação institucional de 2021 e o submeteu ao sistema E-MEC.

Também aprovou a criação de um boletim informativo voltado a alunos e colaboradores educacionais e lançou, com o apoio do PRODASEN, site próprio garantindo maior transparência dos seus atos e organização da produção dos trabalhos da Comissão.

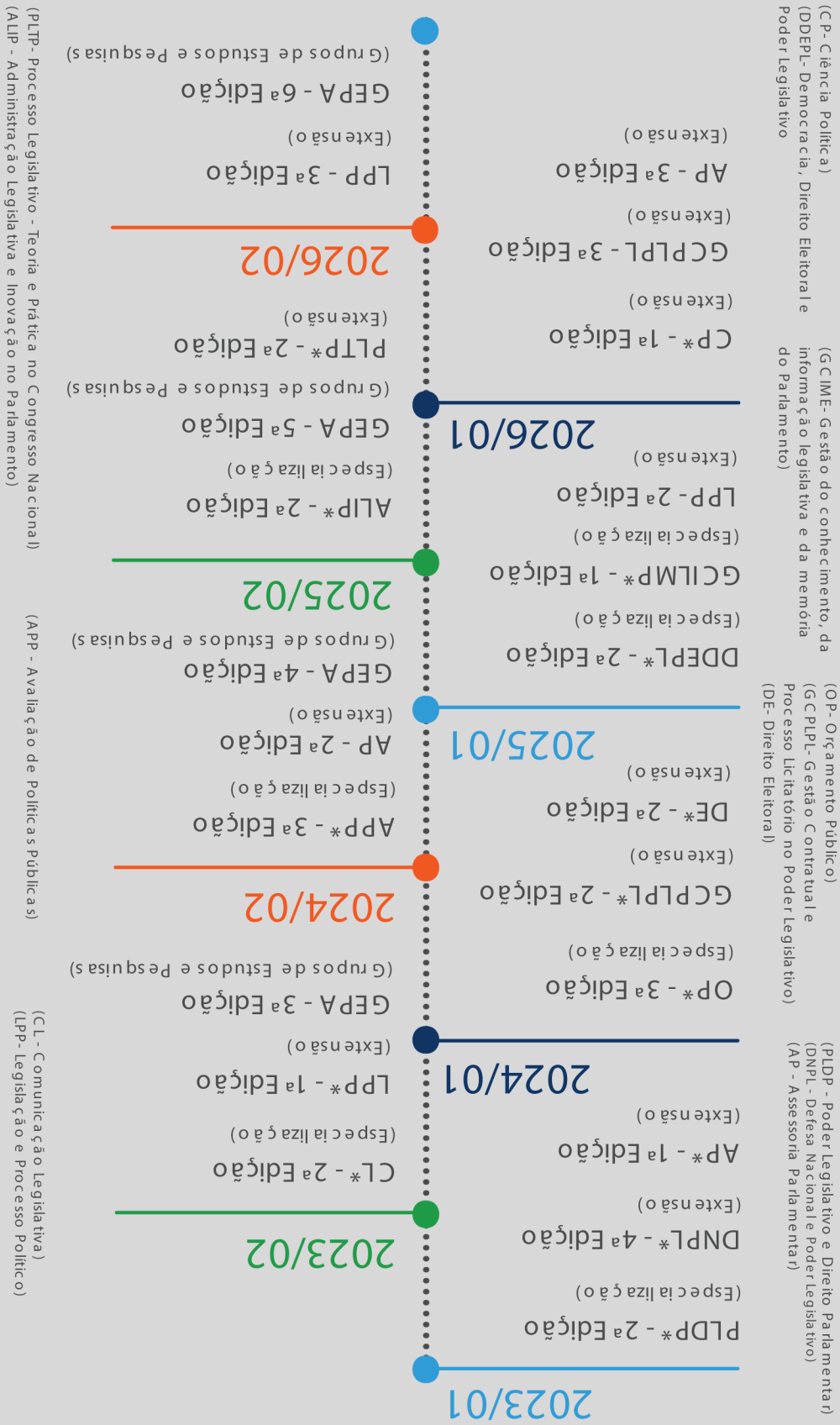
Na avaliação dos KRs acordados pelo ILB para este ciclo avaliativo, identificamos, em parceria com a DIREG, a necessidade de construir um planejamento plurianual das ações pedagógicas de educação superior, baseado no ritmo e na duração da Legislatura, de forma a garantir o lançamento de ao menos seis cursos de especialização a cada quadriênio. Nesse sentido, submetemos ao Conselho de Supervisão, como indicativo, a seguinte proposta de planejamento plurianual, para 57ª Legislatura:





Plano Plurianual de Oferta

PÓS-GRADUAÇÃO
ILB
Escola de Governo do
Senado Federal
Ações estruturantes
2023 - 2026



(PLDP - Poder Legislativo e Direito Parlamentar)
(DNP - Defesa Nacional e Poder Legislativo)
(AP - Assessoria Parlamentar)

(OP - Orçamento Público)
(GCP - Gestão do conhecimento, da informação legislativa e da memória do Parlamento)
(DE - Direito Eleitoral)

(CP - Ciência Política)
(DDEPL - Democracia, Direito Eleitoral e Poder Legislativo)

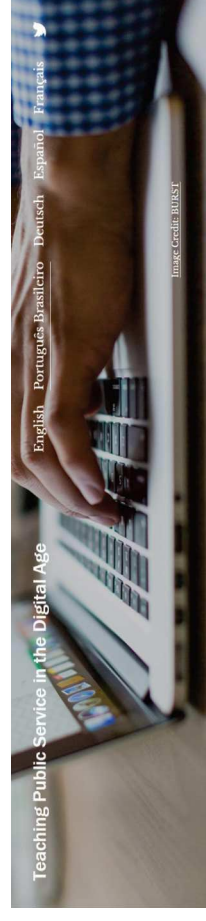
(CL - Comunicação Legislativa)
(LPP - Legislação e Processo Político)

(APP - Avaliação de Políticas Públicas)

(PLP - Processo Legislativo - Teoria e Prática no Congresso Nacional)
(ALP - Administração Legislativa e Inovação no Parlamento)

Tradução de site “Ensinando Gestão Pública na Era Digital”

Uma das iniciativas mais relevantes desenvolvidas na área de Capacitação, coordenada diretamente pela Diretoria-Executiva do ILB, foi o lançamento da versão em português do site “Teaching Public Service in the Digital Age” (TPSDA), voltado para escolas de governo e mestrandos ou especializações em Políticas Públicas e Administração Pública. O extenso material contido no site oferece um rol de competências a serem desenvolvidas pelas lideranças do Serviço Público na Era Digital, além de um plano de curso completo, com oito unidades, cada uma delas contendo diversos roteiros de aula explicados.



Nosso plano de curso: Estamos aqui para ajudar você a ensinar Gestão Pública na Era Digital

O que é?

Nosso plano de curso é um conjunto de materiais gratuitos e de acesso aberto para o formação de professores; foi elaborado para ajudar educadores a ensinarem a seus

O material foi preparado por uma equipe multinacional liderado por David Eaves (Harvard/UCL), Amanda Clarke (Carleton University), Ines Mergel (University of Konstanz) e Tom Steinberg (fundador do MySociety e co-diretor da Modern Grantmaking).

A tradução, preparada pela SETRIN/SGIDOC, com revisão técnica dos professores Leonardo Barbosa (ILB) e Manuel Bonduki (Insper), está disponível em: <https://www.teachingpublicservice.digital/pt/home>. Ela foi lançada durante um Webinar sobre Governo Digital no Brasil, organizado pelo ILB e pelo Insper, onde o tema foi debatido sob a perspectiva do Governo Federal e dos governos subnacionais, com a presença de especialistas nacionais e internacionais, inclusive os professores David Eaves e Ines Mergel.

Teaching Public Service in the Digital Age

English Português Brasileiro Deutsch Español Français

Como ajudar educadores a preparar os servidores públicos para a era digital

Nosso plano de curso gratuito e de acesso aberto foi elaborado para se encaixar em cursos de Mestrado em Administração Pública e em Políticas Públicas (MPA e MPPP).

Solba mais

Stack

Users First!

LEARN FROM THE BEST

GOVERNMENT

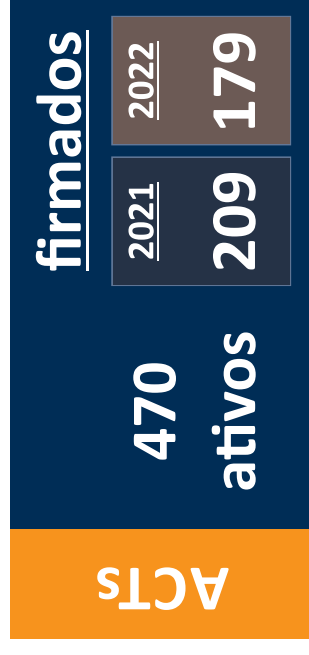


Programa Interlegis

O Programa Interlegis é a maior ação de extensão legislativa em curso no Brasil, com 25 anos de serviços prestados. Sua missão é promover a modernização, transparência e integração do Poder Legislativo em todos os níveis da Federação. O Programa alia políticas de apoio à TI das casas legislativas com ações de capacitação especialmente pensadas para atender as Câmaras Municipais do país.

No que se refere aos produtos de TI oferecidos pelo Interlegis, têm destaque o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL), o Portal Modelo e os e-mails institucionais. São todos produtos desenvolvidos em software aberto e gratuito.

Em geral, as parcerias com as casas legislativas são formalizadas por meio de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs). A partir de 2020, por razões de ordem jurídica e de governança, todos os instrumentos anteriores, como os protocolos de intenção e congêneres, passaram a ser paulatinamente migrados para o formato de ACTs. Os compromissos assumidos por meio desses outros instrumentos continuam, contudo, vigorando até o encerramento do prazo legal. Os números do quadro ao lado representam, em grande parte, a atualização de termos de compromisso entre as casas legislativas e o Senado, por substituição de um modelo de convênio para outro.



Ações Estruturantes

Desenvolvimento de um “crawler” para monitoramento da utilização dos produtos Interlegis

A criação de algoritmos de coleta de dados permitiu acompanhar a utilização real dos sistemas hospedados. Em síntese, com os robôs instalados, pudemos identificar a última vez que um sistema foi atualizado por uma Câmara Municipal. Tal varredura nos permite pensar com mais clareza qual é o impacto efetivo do Programa hoje, bem como discutir concretamente alternativas de atuação para o futuro.

Na tabela a seguir podemos ver o “passado”, isto é um número acumulado de SAPLs e Portais Modelos instalados e hospedados na infraestrutura do Senado (1.355 e 1.228, respectivamente), representando uma cobertura de 24% e 22% de todas as Câmaras Municipais brasileiras. Muitas casas, em especial as que têm mais recursos, utilizam o produto (que é aberto) em suas próprias infraestruturas, com ou sem apoio de técnicos contratados para suporte. Este número não está refletido no presente



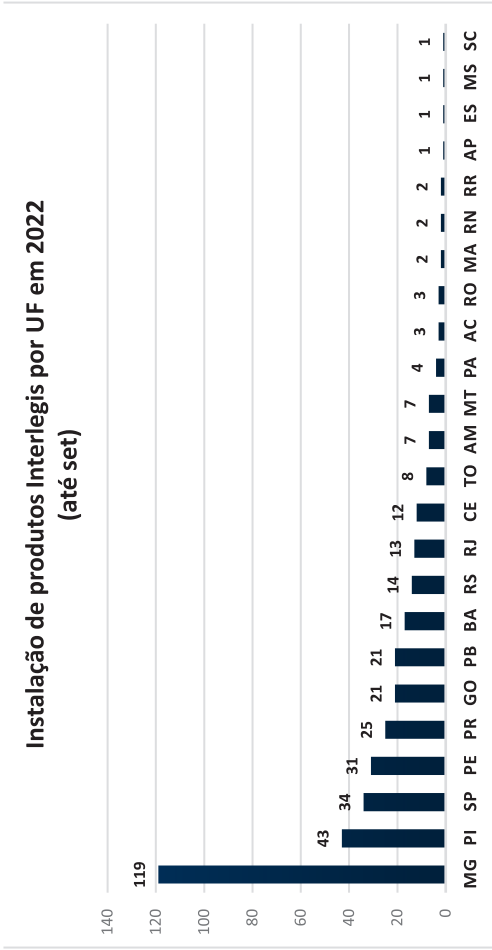
relatório. Ao adotarmos um corte de atualização nos últimos 3 meses, o “crawler” mostrou que o número de instâncias de nossos produtos atualizadas no período é de 530 SAPLs e 540 sites-modelo (aproximadamente 40% e 44% do total ativo).

Instalações de produtos Interlegis			
	2021	2022	Ativos Atualizados*
.leg	277	71	2.196 n/a**
.gov	33	0	92 n/a
e-mail	248	99	822 n/a
e-Democracia	158	63	344 n/a
SAPL	205	80	1.355 530
Portal Modelo	150	79	1.228 540

*atualizados nos últimos 3 meses ** não se aplica

Como devemos compreender esse número? A primeira observação que cabe aqui é que ele ainda representa algo em torno de 10% de todas as Câmaras Municipais do país (além de várias Assembleias Legislativas), o que é muito relevante, em especial pensando na situação das casas que têm menos recursos financeiros e humanos. A queda no uso dos sistemas, contudo, possui outras explicações. Uma parte delas está relacionada à baixa governança nas câmaras, o que dificulta a continuidade de processos que demandam algum nível de investimento de tempo e de recursos. Uma parte, contudo, tem a ver com a necessidade de atualização e

desenvolvimento de novas soluções por parte da comunidade que se articula em torno do Programa Interlegis.



Reativação do GITEC

As equipes da COTIN e da COPERI trabalharam de forma integrada para buscar reativar o GITEC (Grupo Interlegis de Tecnologia da Informação), ação que inclusive constitui um dos *Key Results* (KRs) acertados pelo ILB para o presente ciclo avaliativo. Participamos da organização do 12º EnGITEC, ocorrido em maio no ISC/TCU e, sob a liderança da COTIN, retomamos contato com os principais desenvolvedores do grupo, firmando as premissas de cooperações futuras, que passam pelo reconhecimento institucional de servidores e câmaras parceiras do Programa.



Pontos de atenção:

- **Desenvolvimento e aplicação de termos de uso aos produtos Interlegis:** a utilização do “crawler” nos indica que é importante desenvolver termos de uso que, de forma complementar às regras estabelecidas nos ACTs, nos permitam eliminar da infraestrutura do Senado instâncias ociosas, abrindo espaço para a alocação de novos parceiros que de fato estejam utilizando os produtos;
- **Desenvolvimento e atualização de produtos:** é fundamental pensar estratégias que permitam a retomada do trabalho de atualização dos produtos existentes e de desenvolvimento de novos produtos. Uma parte do problema pode ser resolvida gerencialmente, com a integração de equipes e instâncias de gestão, bem como a simplificação de processos de trabalho e a efetiva mobilização da comunidade GITEC. Contudo, haverá necessidade de algum investimento para suprir as necessidades de desenvolvimento. É importante, para tanto, que o Conselho de Supervisão sinalize sua leitura a propósito da importância de, ao menos, manter a relevância que o Programa Interlegis tem hoje no cenário do Poder Legislativo brasileiro. Esta decisão estratégica nos permitirá dimensionar de forma adequada os recursos necessários e, posteriormente, negociar sua alocação com as instâncias competentes. Essas possibilidades foram tratadas durante a reunião de levantamento de necessidades de TI, juntamente com a DIREG e o PRODASEN, em novembro. Registra-se que as soluções ligadas ao Programa Interlegis **não devem nem podem ser assumidas pela TI corporativa do Senado.**

Apoio em TI nas Casas Legislativas

A utilização pelas câmaras do pacote completo de sistemas, suporte e treinamentos Interlegis, oferecidos de forma gratuita, gera uma economia substancial no orçamento do Legislativo municipal. Economia que faz diferença quando tratamos de câmaras com pouco orçamento e com recursos humanos escassos.

Para termos uma noção do valor gerado pelo fornecimento dos produtos de TI do Programa Interlegis às casas, no quadro sintético abaixo registramos uma estimativa preliminar dos custos envolvidos com a contratação de produtos similares disponíveis no mercado, consultados por meio dos dados do Portal da Transparência, disponíveis no Panorama do Legislativo Municipal:

Exemplos de gastos anuais com TI	
Portal	R\$ 128.125,00
Processo Legislativo	R\$ 460.000,02
e-mail	R\$ 333.500,42



No que se refere às ações de Capacitação desenvolvidas pelo Programa Interlegis, destacam-se:

Projeto Legislativo em Contexto (LegisCon)

Fruto de uma parceria do ILB com a Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e Tribunais de Contas (ABEL) e mais de 30 escolas do legislativo de Assembleias Legislativas e de Câmaras Municipais, o projeto traduz o primeiro passo para a construção de uma política nacional de formação de agentes legislativos locais, que articula esses parceiros. Nesse sentido, em 2021, o ILB ouviu câmaras, associações e técnicos para montar um programa destinado a oferecer a vereadores e vereadoras, bem como servidores e servidoras conhecimentos fundamentais para compreender o contexto atual dos legislativos locais, daí o nome “Legislativo em Contexto”.

O curso foi desenvolvido por técnicos do Senado Federal em quatro eixos temáticos: I. Temas institucionais (como prerrogativas do mandato, estrutura federativa, comunicação legislativa, entre outros); II. Gestão Pública e Governança no Legislativo; III. Tributação, Finanças Públicas e Captação de Recursos Federais; e IV. Políticas Públicas.

A ideia das parcerias com as escolas tem três objetivos: primeiro, garantir um produto alinhado às necessidades reais das câmaras; segundo, centralizar e racionalizar esforços de formação que, por vezes, são realizados de forma pulverizada e sobreposta pelas escolas parceiras; terceiro, desenvolver uma ação de alcance amplo e de baixo custo, em que

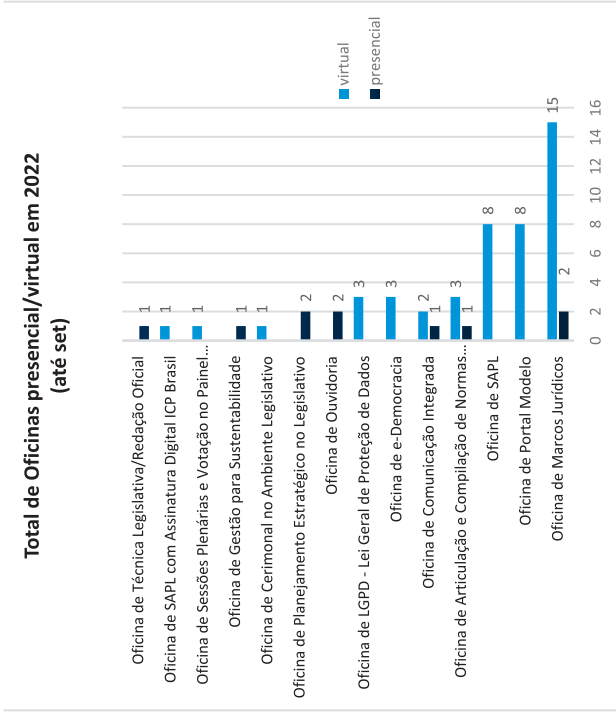
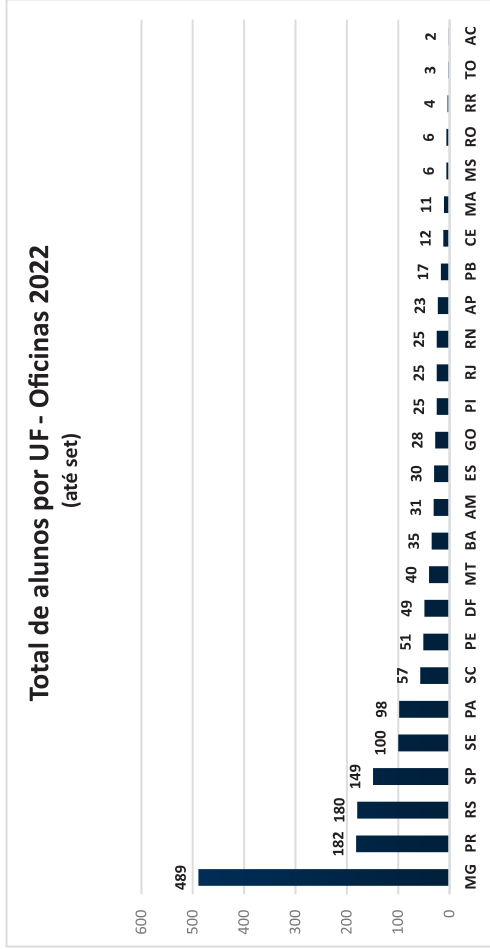
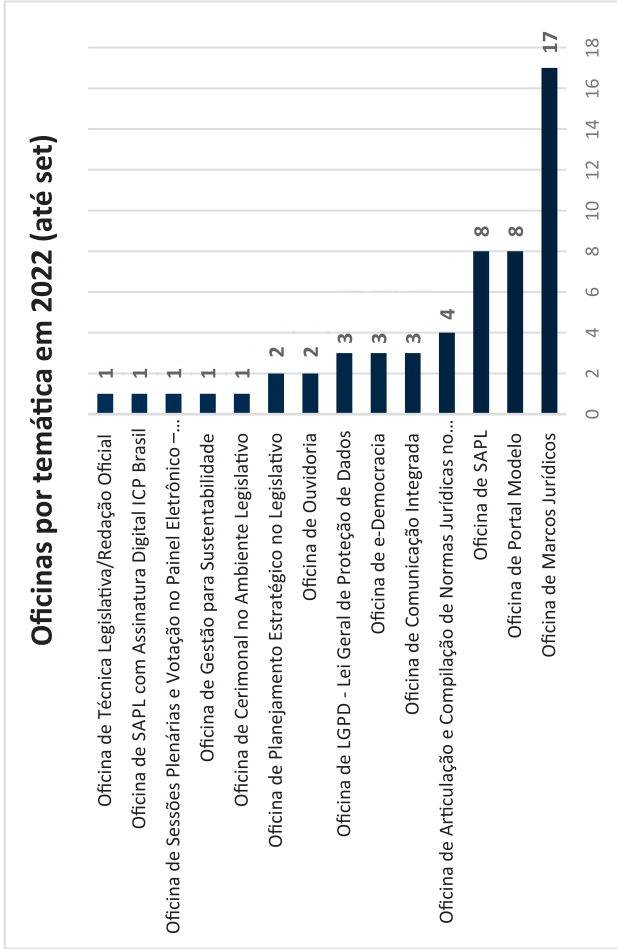
cada escola parceira “adote” uma turma e se encarregue de contratar o facilitador. Com a estratégia, considerando turmas de até 120 alunos, temos condições de escalar de forma substancial o volume de pessoas atendidas pelo LegisCon.

Neste momento estamos concluindo a turma-piloto do LegisCon, após cinco semanas de capacitação, totalizando 60 horas/aula na modalidade online. O curso recebeu mais de 130 inscrições, de escolas do Brasil inteiro. Após a experiência, entre dezembro de 2022 e fevereiro de 2023 serão efetuados os ajustes finais na estrutura e no conteúdo do curso. A previsão é de que a primeira turma aberta ao público aconteça ainda no final de fevereiro.

O investimento nessa ação permitirá repensar nossas oficinas presenciais, que são um produto importante, mas comparativamente caro. Nossa orientação é criar um planejamento anual para os treinamentos, priorizando câmaras que tenham se envolvido de forma significativa em turmas do LegisCon, e, por isso, ao menos em tese, estariam mais bem preparadas para atividades presenciais (que supõem um conteúdo abordado de forma mais aprofundada e intensiva). Evidentemente, mediante autorização da Primeira-Secretaria, o Programa Interlegis ainda estará à disposição das Senadoras e dos Senadores para oferecer de forma presencial as oficinas que constam de nosso portfólio e que, em regra, são oferecidas de forma remota.



Os gráficos abaixo dão um demonstrativo da oferta de oficinas do Programa Interlegis por tema, unidades da Federação e modalidade (presencial ou remota). Foram 55 oficinas, 1.678 participantes e 548 entidades diferentes.



Apenas como referência para avaliar o valor gerado pelas oficinas do Interlegis: a Oficina de Revisão e Atualização de Marcos Jurídicos – Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno, é uma das mais requisitadas pelas câmaras parceiras. Por este tipo de serviço, uma câmara municipal do Estado de São Paulo chegou a desembolsar R\$ 243.000,00. Se partirmos da premissa de um preço médio de R\$ 200.000,00 por este serviço, infere-se que o trabalho de nosso time proporcionou para câmaras que tem uma estrutura reduzida e um orçamento modesto **uma economia de quase R\$ 3.500.000,00** considerando-se as 17 Câmaras Municipais atendidas apenas este ano.

Com o objetivo de oferecer capacitação remota de forma acessível ao seu público-alvo, o ILB/Interlegis também realizou mais duas edições do Ciclo de Palestras do Legislativo e lançou os Painéis Interlegis com especialistas de órgãos parceiros tratando de temas que têm impacto direto nas casas legislativas.

Participantes em Ciclos de Palestras e Paineis em 2022	
III Ciclo de Palestras do Legislativo: Orçamento Público e Política Fiscal no Brasil	308
IV Ciclo de Palestras do Legislativo: Desafios e oportunidades para o Poder Legislativo Municipal	551
Painel Interlegis - As vedações aos agentes públicos no período eleitoral	523
Painel Interlegis - A nova Lei de Licitações e Contratos	674

Reuniões técnicas de vereadores e servidores de Câmaras Municipais

É parte do trabalho cotidiano da equipe do Interlegis atender em sua sede parlamentares municipais e estaduais, além de servidores públicos municipais ou estaduais em busca de informações e orientações sobre os serviços e produtos oferecidos no bojo do Programa. Em 2022, realizamos um total de 154 reuniões, a maioria delas com representantes do Estado de Minas Gerais (96).

Durante as reuniões, é comum nossa equipe demonstrar os produtos para os interessados e esclarecer dúvidas sobre seu funcionamento e operação. O ILB vem emitindo um comprovante de comparecimento e retendo uma cópia para o arquivo do Programa



Outras ações institucionais adotadas pelas diversas equipes do ILB, ainda que tenham uma função de apoio em relação às atividades finalísticas, revelam a preocupação com o desenvolvimento de uma governança cada vez mais sólida e transparente e merecem destaque:

Painel de Gestão

Com o apoio do PRODASEN e de colegas da equipe, o ILB está desenvolvendo um Painel de Gestão que reúne e organiza todos os dados estruturados sobre as ações desenvolvidas no âmbito da Escola. Esse painel permitirá o desenvolvimento de índices de referência para um processo de avaliação mais transparente e efetivo do trabalho, além de um acompanhamento em tempo real de tudo o que acontece na Escola pela Diretoria-Executiva e pelo Conselho de Supervisão.

Reformulação do Comitê Científico-Pedagógico

A Comissão Diretora, acatando sugestão da DGER e do ILB, reformulou a composição do Comitê Científico-Pedagógico, agregando a participação dos órgãos que mais se beneficiam das ações da Escola, como a Secretaria-Geral da Mesa, a DIREG e a SEGP. Esta alteração teve como objetivo evitar o desalinhamento entre o planejamento pedagógico do Instituto e as reais necessidades dos referidos órgãos, situação potencializada pelo formato anterior do Comitê, até então restrito a membros da Escola.

Atualização do Panorama do Legislativo Municipal

O Panorama do Legislativo Municipal é um produto desenvolvido em parceria com o DataSenado. Ele consta do relatório anual de 2021. A novidade este ano é a funcionalidade que permite mapear o orçamento de

cada município, identificando, por exemplo, qual é a fonte predominante dos recursos que alimentam a administração pública municipal, inclusive o volume de recursos federais recebidos.

Participação institucional em encontros, palestras e eventos online

O ILB, por meio de seu Diretor-Executivo ou de seu Coordenador-Geral, participou ativamente de seminários, fóruns, palestras e encontros promovidos por instituições relevantes no contexto do debate e da reflexão teórica sobre o Poder Legislativo e seus desafios institucionais. Em vários encontros o ILB se fez presente com estandes que divulgaram, principalmente, os serviços e produtos do Interlegis.

Eventos promovidos por instituições como a União dos Vereadores do Brasil (UVB), a União Nacional dos Legisladores e dos Legislativos Estaduais (UNALE), a Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e dos Tribunais de Contas, o Instituto Brasileiro de Direito Parlamentar (PARLA), a BussolaTech, o Politeia (UnB), a Rede Governança Brasil (RGB) são alguns exemplos a serem citados.

Recredenciamento do ILB pelo MEC:

O Instituto Legislativo Brasileiro foi recredenciado junto ao Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 721, de 27 de julho de 2018, pela qual recebeu autorização para ofertar cursos de especialização (pós-graduação *lato sensu*) nas modalidades presencial e a distância pelo período de 5 anos.

Diante da necessidade de preparar o ILB para o próximo ciclo avaliativo de



recredenciamento, que deverá transcorrer a partir de 2023, até o parecer final da nova avaliação externa *in loco*, pelo INEP, a Escola de Governo iniciou um processo interno de análise para identificar pontos que requerem atenção.

Em 2022 tomamos diversas medidas destinadas a assegurar a manutenção e, potencialmente, a melhora da nota do ILB na avaliação institucional. Entre elas, pode-se ressaltar:

- atualização do Projeto de Desenvolvimento Institucional do ILB;
- abertura de processo de aquisição de tecnologia para instalação de duas salas de aula-híbrida;
- obtenção de empréstimos de licença da Plataforma Zoom em complemento à Plataforma Teams;
- oferta de ações educacionais endógenas, de curta duração, voltadas para o corpo técnico e inclusão, no PCASF de 2023, de iniciativas educacionais para a formação do quadro pedagógico e de gestão;
- desenvolvimento interno, de solução de TI, sob a supervisão do Prodasen, para a gestão acadêmica, inclusive, de processos de afastamento;
- retomada dos trabalhos da Comissão Própria de Avaliação, com publicização das atividades realizadas;
- Desenvolvimento de página Web própria do Instituto, com informações voltadas para o tripé ensino, pesquisa e extensão;
- reforma do telhado do Instituto.

Dentre os aspectos destacados, ressalta-se a necessidade de adequação da infraestrutura física (especialmente dos espaços de ensino), a instalação de tecnologia compatível com as novas formas de ensino-aprendizagem, o desenvolvimento do corpo técnico-pedagógico e o uso de ferramentas de TI que facilitem a gestão, a produção, o armazenamento, o envio e o recebimento de documentos de caráter acadêmico.

Atualização e retificação do Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação do ILB

O regulamento dos cursos de pós-graduação, submetido à deliberação do Conselho de Supervisão, foi preparado pela equipe da COESUP e revisado pela ATDGER, de forma a garantir regras mais estáveis e transparentes para alunos, colaboradores, coordenadores e corpo técnico envolvido nas ações de educação superior.

Atualização e consolidação de projetos pedagógicos e planos de trabalho
Com o objetivo de sanar discordâncias existentes em projetos educacionais em execução e dar mais clareza e transparência sobre decisões tomadas, especialmente em torno do desenho e da articulação interinstitucional, foi realizado um trabalho em parceria com a DGER e com os órgãos parceiros a fim de assegurar a execução regular e tempestiva das ações pedagógicas do ILB.



Adoção da HCI - Infraestrutura Hiperconvergente

O sistema Saberes e os aplicativos Interlegis serão totalmente migrados para a estrutura hiperconvergente até o fim de 2023. A nova tecnologia possibilita a integração total entre servidor, armazenamento e elementos de rede, onde tudo passa a ser realizado em um sistema virtual, único e integrado.

Com o HCI completo haverá a garantia do monitoramento 24 horas de toda a hospedagem Interlegis, economia de recursos e de espaço, além de maior estabilidade dos sistemas. Principalmente, haverá mais segurança no armazenamento desses dados, o que é uma garantia institucional importante para todas as câmaras e assembleias parceiras.



A migração do sistema de e-mails hospedados no datacenter do Interlegis para o HCI irá demandar meses de exclusividade laboral de um servidor da COTIN com impacto no quadro de desenvolvedores de sistemas da Coordenação.

O novo SIGI

O Sistema de Informações Gerenciais do Interlegis – SIGI, passou por uma reestruturação completa. Todo o sistema foi atualizado para as mais recentes versões de linguagem e *framework* conferindo-lhe maior segurança, robustez e velocidade.

A interface com o usuário foi inteiramente redesenhada para garantir que ele seja mais facilmente utilizado tanto em computadores de mesa quanto em dispositivos móveis.

Foram também desenvolvidas novas funcionalidades e integrações com outros sistemas, reduzindo a redundância nas rotinas diárias de trabalho, possibilitando maior controle dos contratos e convênios celebrados com as casas legislativas e demais entidades parceiras; atualização dos serviços e produtos hospedados em nossa infraestrutura e prestados às casas legislativas; aplicação do crawler para conferir a utilização efetiva dos produtos hospedados; maior gestão de eventos e oficinas; e a possibilidade que as casas solicitem, via Sistema, a formalização de ACTs e a realização de Oficinas.



O ILB atua como órgão técnico responsável pelo suprimento da demanda de treinamento da Casa. Sendo assim, anualmente a COADFI elabora a proposta orçamentária de capacitação levando em consideração os limites de afastamento definidos no Regulamento Administrativo do Senado Federal, a quantidade de servidores lotados nas unidades administrativas da Casa e o valor médio da contratação de treinamento externo. Também são considerados os valores previstos para gastos com pagamento de

Gratificação por Encargo de Cursos e Concursos – GECC para o período. A consolidação desses valores compõe a proposta orçamentária encaminhada para aprovação.

Uma vez aprovado e disponibilizado, o orçamento é executado segundo as demandas encaminhadas ao ILB.

Execução orçamentária ILB - jan a set 2022			
Natureza de Despesa Detalhada	Valor empenhado	Valor liquidado	Valor pago
Gratificação por Encargo de Curso e Concurso - GECC	297.375,69	293.834,65	293.834,65
Serviços de seleção e treinamento (Pessoa Física)	6.960,00	0	0
Serviço de seleção e treinamento (Pessoa Jurídica)	285.450,67	185.434,69	185.434,69
Treinamento/capacitação em TIC	1.200,00	1.200,00	1.200,00
Outros serviços de terceiros-PJ	651,12	593,83	593,83
Restituições	35.750,00	35.750,00	35.750,00
TOTAL	627.387,48	516.813,17	516.813,17



Tecnologia da Informação

Apoios em **44** eventos com **508** horas de preparação e transmissão; Resolução de **3.104** chamados técnicos;

Produção Multimídia

A equipe de multimídia produziu **71** vídeos, demandas de diversos setores. Todo esse material agora está disponível nos canais do ILB, Interlegis e na Plataforma Saberes.

Adicionais de especialização, licenças capacitação e treinamentos externos

Análise e despacho de **361** adicionais de especialização

Parecer técnico de **217** licenças capacitação

Treinamento Interno indireto (*in company*) **3**

Parecer técnico de **56** treinamentos externos

Processos

Elaboração e Revisão de Termos de Referência **139**

Despachos de contratações **94**

Análises de registro de horas (GECC) **147**



* Números até novembro de 2022



Diretor-Executivo
Leonardo Augusto de Andrade Barbosa

Coordenador-Geral
Luís Fernando Pires Machado

**Coordenação Administrativa
e Financeira**
Cláudio Alves Cavalcante

**Coordenação de Capacitação,
Treinamento e Ensino**
Ronaldo Luiz Leite Oliveira

**Coordenação de Educação
Superior**
Fábio Renato da Silva

**Coordenação de Planejamento e
Relações Institucionais**
David Varchavsky

**Coordenação de Tecnologia
da Informação**
João Henrique Gouveia

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Presidente
Luís Fernando Pires Machado

Vice-Presidente
Matheus Garcia Barbosa de Figueiredo





Interlegis



Instituto Legislativo
Brasileiro



SENADO
FEDERAL